nº 100 – 09 de setembro 2021

Balanço das greves do primeiro semestre de 2021

Balanço das Greves

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, com este estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2021, identificando as principais características desses movimentos.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as paralisações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves

Greves e horas paradas

Neste primeiro semestre de 2021, o SAG-DIEESE registrou 366 greves (Tabela 1). Os *trabalhadores da esfera privada* deflagraram pouco mais de dois terços dessas mobilizações (69%). Em relação à quantidade de horas paradas, que equivale à soma das horas de duração de cada greve, as mobilizações dos trabalhadores dessa esfera também foram preponderantes (59%).

TABELA 1
Greves e horas paradas
Brasil, primeiro semestre de 2021

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	111	30,3	6.252	41,2
Funcionalismo Público	*80*	*21,9*	*4.502*	*29,6*
Empresas Estatais	*31*	*8,5*	*1.750*	*11,5*
Esfera Privada	252	68,9	8.917	58,7
Esfera Pública e Privada (1)	3	0,8	20	0,1
TOTAL	**366**	**100**	**15.189**	**100**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Duração

A *curta duração das mobilizações*, neste semestre, revela-se no fato de que a maioria das greves (55%) foi encerrada no mesmo dia de sua deflagração (Tabela 2). Apenas 12% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 2
Distribuição das greves por duração
Brasil, primeiro semestre de 2021

Dias de paralisação (1)	nº	%	% acum.
1	203	55,5	55,5
2 a 5	96	26,2	81,7
6 a 10	23	6,3	88,0
11 a 20	18	4,9	92,9
21 a 30	8	2,2	95,1
31 a 40	9	2,5	97,5
41 a 50	4	1,1	98,6
51 a 60	1	0,3	98,9
61 a 70	2	0,5	99,5
71 a 80	1	0,3	99,7
81 a 90	1	0,3	100,0
TOTAL	**366**	**100**	**-**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Nota: (1) dias corridos

Número de trabalhadores

Das 366 paralisações registradas, apenas 65 continham informações sobre o número de grevistas envolvidos (o que corresponde a cerca de 18% do total). Dessas, 71% reuniram até 200 grevistas (Tabela 3). Paralisações com mais de dois mil trabalhadores constituíram apenas 1,5% dos protestos realizados.

TABELA 3
Greves por faixas de número de trabalhadores
Brasil, primeiro semestre de 2021

Nº de Trabalhadores	nº	%	% acum.
Até 200	46	70,8	70,8
201 - 500	10	15,4	86,2
501 – 1.000	6	9,2	95,4
1.001 – 2.000	2	3,1	98,5
2.001 – 5.000	0	0,0	98,5
5.001 – 10.000	1	1,5	100,0
TOTAL	**65**	**100**	**-**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).
Obs.: Consideradas só as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de seu tempo de duração – com a definição, na ocasião em que são deflagradas, do momento em que serão interrompidas. Pouco mais de um terço das greves do semestre (36%) fizeram parte dessa categoria (Tabela 4).

Greves anunciadas como movimentos *por tempo indeterminado* – que têm como objetivo seu encerramento somente após o atendimento da pauta ou, no mínimo, a abertura de negociações – foram mais frequentes (61%).

TABELA 4
Tática das greves
Brasil, primeiro semestre de 2021

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	133	36,3
Tempo indeterminado	224	61,2
Sem informação	9	2,5
TOTAL	**366**	**100**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

No conjunto das paralisações, a proporção de *movimentos organizados no âmbito de empresa ou de unidade* foi preponderante (67%) em relação aos *movimentos que abrangeram toda uma categoria profissional* (32%).

TABELA 5
Abrangência das greves
Brasil, primeiro semestre de 2021

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	118	32,2
Empresa/unidade(1)	247	67,5
Intercategoria	1	0,3
TOTAL	**366**	**100**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Nota: (1) Entre as greves do funcionalismo público, são consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Motivações das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o *caráter* que apresenta. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de *caráter propositivo*.

As greves denominadas *defensivas* são as que se caracterizam pela proteção de condições de trabalho vigentes, ameaçadas por algum tipo de deterioração; pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança; ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação.

Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como *greves de protesto*. E, por fim, quando uma categoria paralisa suas atividades em apoio à mobilização de outros trabalhadores, trata-se de uma *greve de solidariedade*.

Neste primeiro semestre, *92% das greves incluíram itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações*, sendo que tanto a menção ao *descumprimento de direitos* como à *manutenção de condições vigentes* ocuparam a mesma proporção (53%) na pauta.

TABELA 6
Caráter das greves
Brasil, primeiro semestre de 2021

Caráter	Greves (366)	
	nº	%
Propositivas	66	18,0
Defensivas	336	91,8
Manutenção de condições vigentes	*195*	*53,3*
Descumprimento de direitos	*193*	*52,7*
Protesto	38	10,4
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao *pagamento de vencimentos em atraso* (salário, férias e décimo terceiro) foram as mais frequentes (42%).

Em seguida, presente em 28% das greves, está a exigência por *melhores condições de segurança* – principalmente em seu aspecto sanitário, na prevenção contra a contaminação pela COVID-19 – e o *fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)* tais como álcool em gel, máscaras e luvas (Tabela 7).

Ao longo dos meses, do início ao fim do semestre, as pautas relacionadas à pandemia do novo coronavírus tiveram sua ênfase deslocada. Da demanda pela *implementação de medidas locais de segurança* – como o remanejamento dos postos de trabalho afim de evitar a aglomeração de trabalhadores, a realização periódica de testagem que indique se há circulação do vírus no ambiente de trabalho e o reforço da limpeza nos ambientes compartilhados (banheiros, em especial) – passaram progressivamente para a exigência *da imunização através da vacinação*.

TABELA 7
Principais reivindicações das greves
Brasil, primeiro semestre de 2021

Reivindicação	Greves (366)	
	nº	%
Pagamento de valores em atraso: salários, férias e décimo terceiro	155	42,3
Condições de segurança, EPIs	104	28,4
Alimentação	90	24,6
Reajuste salarial	59	16,1
Protestos políticos	38	10,4
Manutenção do emprego, contra demissões	36	9,8

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Das 366 greves registradas no primeiro semestre de 2021, apenas 144 (39%) continham informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (83%) houve *abertura de negociação direta ou mediada*; e, em quase metade (46%), houve algum tipo de *envolvimento do Poder Judiciário* (Tabela 8).

TABELA 8
Formas de resolução dos conflitos
Brasil, primeiro semestre de 2021

Formas de resolução	Greves (144)	
	nº	%
Negociação	120	83,3
Intervenção/participação da Justiça (1)	66	45,8
Decisão judicial	*56*	*38,9*
Acordo judicial	*15*	*10,4*
Sem informação	*11*	*7,6*

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.
Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados
b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.

Resultados das greves

Das 125 greves (34% do total anual) sobre as quais foi possível obter informações a respeito de seu desfecho, 78% lograram algum *êxito no atendimento às reivindicações* (Tabela 9).

TABELA 9
Resultados das greves
Brasil, primeiro semestre de 2021

Resultado	Greves (125)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	97	77,6
Integral	*36*	*28,8*
Parcial	*61*	*48,8*
Rejeição das reivindicações	5	4,0
Prosseguimento das negociações	30	24,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados
b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2021, o SAG-DIEESE registrou 80 greves nos três níveis administrativos do funcionalismo público e que contabilizaram cerca de 4.500 horas paradas

(Tabela 10). Os *servidores municipais* deflagraram quase dois terços dessas paralisações (65%) e foram responsáveis, com suas mobilizações, por 80% do total das horas paradas.

Das greves observadas no funcionalismo público municipal, 25 foram deflagradas por servidores da *Educação*; oito, por servidores da *Saúde*; e 19, por servidores de *outras secretarias* (não mencionadas entre aquelas que envolvem o maior número de trabalhadores – Educação, Saúde e Segurança) ou de *várias secretarias em conjunto* (o que costuma ser chamado de "greve geral").

No funcionalismo público estadual, oito greves foram deflagradas na *Segurança Pública*, três na *Educação* e duas na *Saúde*. Cinco greves ocorreram em *outras secretarias* ou em *várias secretarias em conjunto*. Outras cinco greves foram deflagradas em *fundações e institutos*. Além disso, funcionários de um dos *Judiciários Estaduais* também cruzaram os braços uma vez.

Três greves foram registradas no nível federal da administração pública: uma na *Educação*, outra na *Segurança Pública* e uma última na *Receita*.

TABELA 10
Greves e horas paradas no funcionalismo público, por nível administrativo
Brasil, primeiro semestre de 2021

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	3	3,8	96	2,1
Estadual	24	30,0	784	17,4
Municipal	52	65,0	3.614	80,3
Multinível (1)	1	1,3	8	0,2
TOTAL	**80**	**100**	**4.502**	**100**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores de diversos níveis administrativos

Motivações das greves

No funcionalismo público, 82% das greves incluíram itens de *caráter defensivo* em sua pauta de reivindicações. Dentre elas, predominam as pautas relacionadas à *manutenção de condições vigentes* (71%).

TABELA 11
Caráter das greves no funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2021

Caráter	Greves (80)	
	nº	%
Propositivas	22	27,5
Defensivas	66	82,5
Manutenção de condições vigentes	*57*	*71,3*
Descumprimento de direitos	*14*	*17,5*
Protesto	19	23,8
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Reivindicações relacionadas às *condições sanitárias de segurança* foram as mais frequentes nas greves do funcionalismo público, ocupando metade da pauta (51%).

Em seguida, presentes em exatamente um quarto das mobilizações (25%), estão as exigências por *reajuste salarial* – em geral, pela reposição da inflação, que não tem sido realizada nos últimos anos – e pelo pagamento do *piso salarial* – quase sempre uma reivindicação dos profissionais da Educação.

A *pauta política* também está presente em uma proporção muito próxima à do item anterior (24%) e se expressa na exigência de *investimentos para a melhoria na prestação dos serviços públicos* e, ainda, nos *protestos contra os projetos de reformas* que envolvem diretamente o funcionalismo público (reforma da Previdência e, mais recentemente, a chamada reforma administrativa).

TABELA 12
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público
Brasil, primeiro semestre de 2021

Reivindicação	Greves (80)	
	nº	%
Condições de segurança, EPIs	41	51,3
Reajuste salarial, reajuste do piso	20	25,0
Protestos políticos	19	23,8
Condições e instrumentos de trabalho	14	17,5
Plano de Cargos e Salários, promoção	14	17,5
Pagamentos de salários em atraso	8	10,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2021, o SAG-DIEESE cadastrou 31 greves que paralisaram por 1.750 horas as atividades nas empresas estatais. Os trabalhadores do setor de *serviços* promoveram pouco mais de dois terços dessas greves (68%) e permaneceram com os braços cruzados por mais de mil horas (60% do total de horas paradas).

TABELA 13
Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor
Brasil, primeiro semestre de 2021

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	10	32,3	705	40,3
Serviços	21	67,7	1.045	59,7
TOTAL	**31**	**100**	**1.750**	**100**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Das greves realizadas nas estatais, 93% incluíram itens de *caráter defensivo* em suas pautas de reivindicações, relacionados basicamente à *manutenção de condições já vigentes* (90%).

TABELA 14
Caráter das greves nas empresas estatais
Brasil, primeiro semestre de 2021

Caráter	Greves (31)	
	nº	%
Propositivas	9	29,0
Defensivas	29	93,5
Manutenção de condições vigentes	*28*	*90,3*
Descumprimento de direitos	*8*	*25,8*
Protesto	15	48,4
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

Quase metade da pauta reivindicatória dos trabalhadores das estatais (48%), neste primeiro semestre, esteve ocupada por *protestos políticos* – pelo *investimento* nas empresas públicas (contra sua descapitalização, desmonte ou encolhimento) e contra projetos de *privatização* ou privatizações já em andamento.

Dois outros itens também estiveram presentes neste intervalo que ocupa algo entre 40% e 50% da pauta grevista das estatais: reivindicações relacionadas à *prevenção contra a contaminação pela COVID-19* (45%) e, diretamente ligada à questão do desinvestimento e privatização, *os apelos pela manutenção dos empregos e contra reestruturações que resultem em demissões de trabalhadores* (42%).

TABELA 15
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais
Brasil, primeiro semestre de 2021

Reivindicação	Greves (31)	
	nº	%
Protestos políticos	15	48,4
Condições de segurança, EPIs	14	45,2
Manutenção do emprego, contra demissões	13	41,9
Reajuste salarial	8	25,8
Contra terceirizações	6	19,4
Alimentação	4	12,9

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

No primeiro semestre de 2021, o SAG-DIEESE registrou 252 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (Tabela 16), que contabilizaram quase nove mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de *serviços* corresponderam a 88% dessas mobilizações e a 82% das horas paradas.

Das greves apuradas na esfera privada, 108 (43%) ocorreram na região Sudeste. No Nordeste, foram deflagradas 79 paralisações (31%); no Sul, 33 (13%); no Norte, 17 (7%); e, no Centro-Oeste, 15 (6%).

Entre as principais atividades econômicas dos serviços privados, os trabalhadores dos *transportes* (especialmente os rodoviários do transporte coletivo) paralisaram 148 vezes

(59% das greves da esfera privada); os trabalhadores classificados na categoria Turismo e Hospitalidade (que envolve principalmente trabalhadores de *serviços gerais, limpeza e coleta de lixo*) paralisaram 37 vezes (15%); e os profissionais de estabelecimentos privados de *saúde*, 19 vezes (7%).

Na indústria, a maioria dos movimentos (13, ou 5% das greves da esfera privada) foi organizada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção promoveram nove greves (4%).

TABELA 16
Greves e horas paradas na esfera privada
Brasil, primeiro semestre de 2021

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	1	0,4	4	0,0
Indústria	29	11,5	1.565	17,6
Serviços	221	87,7	7.316	82,0
Rural	1	0,4	32	0,4
TOTAL	**252**	**100**	**8.917**	**100**

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Na pauta reivindicatória de 95% das greves deflagradas na esfera privada estiveram presentes itens de *caráter defensivo* (Tabela 17), com predominância de pleitos relativos ao *descumprimento de direitos* (68%).

TABELA 17
Caráter das greves na esfera privada
Brasil, primeiro semestre de 2021

Caráter	Greves (252)	
	nº	%
Propositivas	34	13,5
Defensivas	239	94,8
Manutenção de condições vigentes	*108*	*42,9*
Descumprimento de direitos	*171*	*67,9*
Protesto	2	0,8
Solidariedade	0	0,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de *regularização de pagamentos em atraso* (salários, férias, décimo terceiro) compôs a pauta da maioria (58%) das greves deflagradas pelos trabalhadores da esfera privada. Itens relativos à *alimentação* foram incluídos em 32% dessas greves. Reivindicações ligadas às *condições de segurança sanitária* ocuparam o terceiro lugar de importância (19%).

TABELA 18
Principais reivindicações das greves na esfera privada
Brasil, primeiro semestre de 2021

Reivindicação	Greves (252)	
	nº	%
Pagamento de vencimentos em atraso: salário, férias, décimo terceiro	147	58,3
Alimentação	80	31,7
Condições de segurança, EPIs	47	18,7
Reajuste salarial	34	13,5
Regularização dos repasses do FGTS	27	10,7

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Considerações Finais

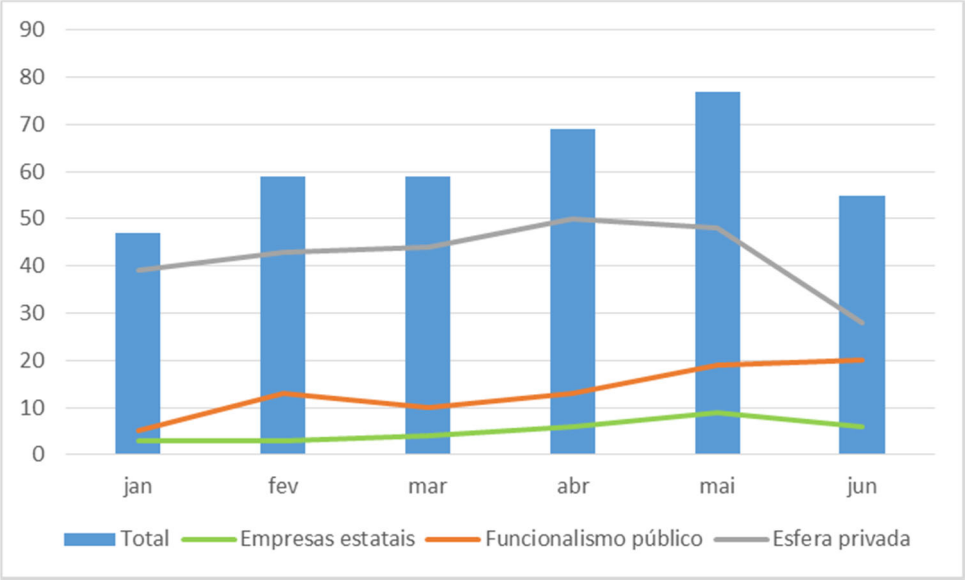
Ainda que, ao longo dos anos em que esse estudo é publicado, se faça sempre a advertência para que a análise das perspectivas da organização dos trabalhadores não seja reduzida a algum indicador técnico com um poder explicativo supostamente suficiente, quase tudo aquilo que costuma ser elencado na construção de cenários e prospectos – Produto Interno Bruto, inflação, desemprego – *parece acenar para a permanência de um longo tempo de dificuldades*; inclusive quando se considera a própria greve como um *indicador* – uma construção teórica que serve de tradução do qualitativo social para o quantitativo.

Mês a mês: greves, horas paradas e reivindicações

De janeiro a maio, o número de greves variou de 47 a 77 ocorrências – um crescimento considerável de 64%; interrompido, no entanto, pelo mês de junho, que voltou a registrar greves em uma frequência menor – 55 ocorrências. *Ao longo de todo o período, o número de mobilizações de trabalhadores cresceu, portanto, 17%* (Gráfico 1).

Até o mês de abril, esse incremento deveu-se principalmente às greves *na esfera privada*. Mas foi o aumento das greves *no funcionalismo público* que fez de maio o pico do semestre. Em junho, *uma queda brusca no registro dos movimentos grevistas da esfera privada* provocou a desaceleração mencionada anteriormente.

GRÁFICO 1
Número de greves por mês
Brasil, primeiro semestre de 2021



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

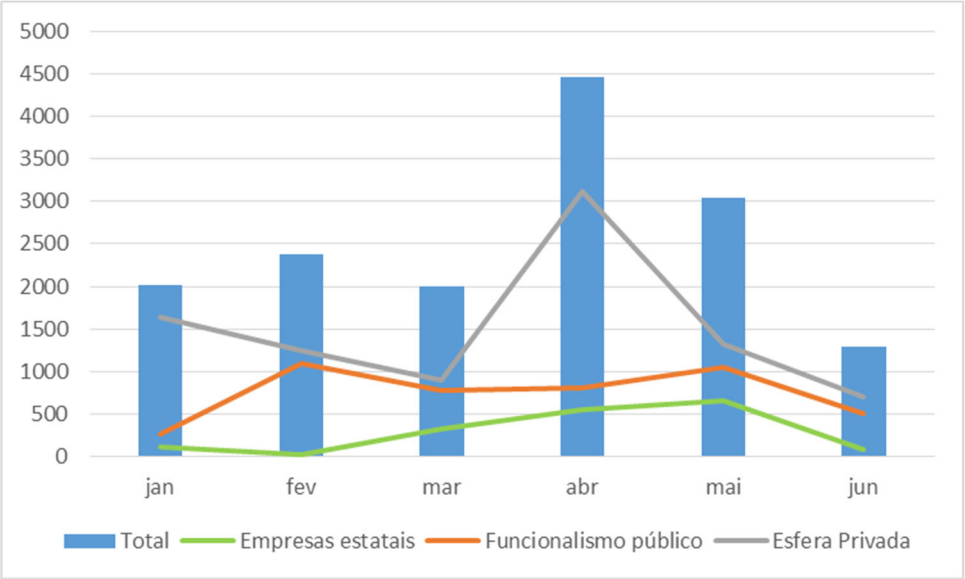
Em sentido inverso, de janeiro a junho, o número de horas paradas *declinou* de 2.009 para 1.292 horas – o que equivale a uma queda de 36% (Gráfico 2).

Mais que isso, no entanto, chama atenção o caráter errático das informações – em que rupturas parecem ser mais expressivas que continuidades. Isso deve ser atribuído, em grande parte, ao modo como as *horas paradas* são contabilizadas pelo SAG-DIEESE. *Uma greve que tenha se alongado por dois meses (480 horas paradas, já que as oito horas de jornada diária são multiplicadas por 60 dias corridos) tem sua duração contabilizada integralmente no mês em que foi deflagrada.* Ou seja, esse valor não é distribuído entre o mês de início e o mês de encerramento (nesse caso, seriam contabilizadas 240 horas paradas em um mês *mais* 240 horas paradas no mês seguinte).

Assim, abril, que se destaca na série considerada, foi na verdade *o mês que mais concentrou a deflagração de longas greves – na esfera privada, em especial*. Em Guarapari/ES, rodoviários da Expresso Lorenzutti pararam 352 horas aguardando a regularização dos salários em atraso. Em Ponta Grossa/PR, rodoviários da Campos Gerais pararam 376 horas também em protesto contra atrasos salariais. No Rio Grande do Sul, eletricitários da recém

privatizada Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE protestaram contra a retirada de direitos e a ameaça de demissão em uma greve de 544 horas. Em Foz do Iguaçu, a mobilização pela renovação do Acordo Coletivo dos rodoviários – com a volta da cesta básica e pagamento de reajuste salarial – alongou-se por 640 horas.

GRÁFICO 2
Número de horas paradas por mês
Brasil, primeiro semestre de 2021



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

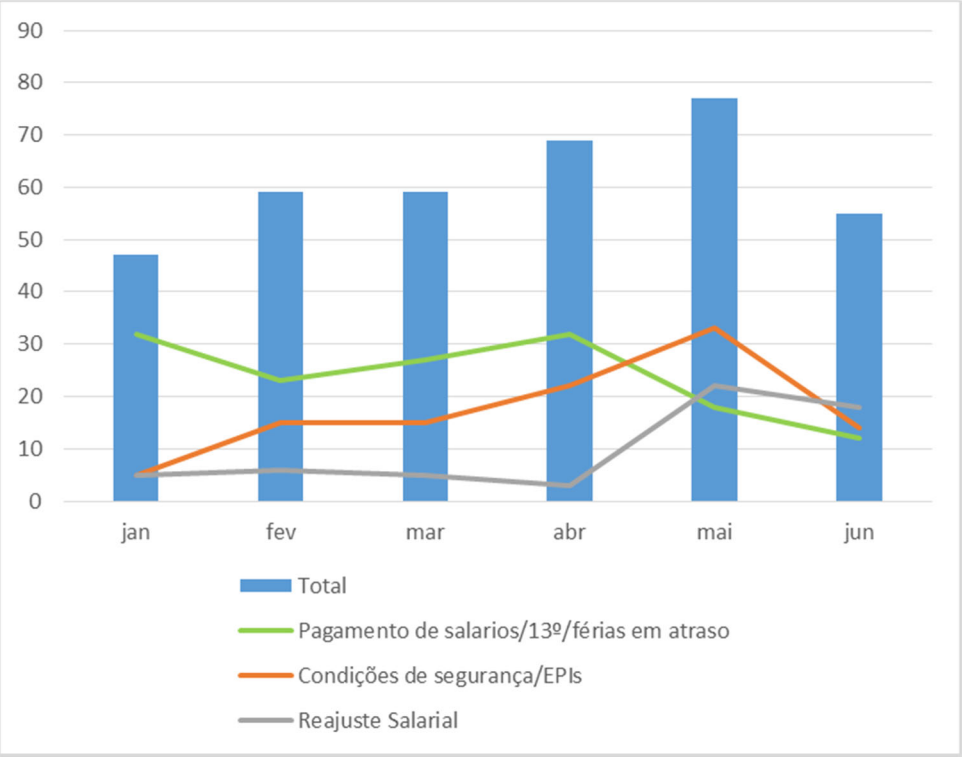
A menção às horas paradas não é casual, fruto de convenção ou apenas oportunidade para uma digressão metodológica. Essas informações, sobrepostas às anteriores – o número de greves – reforçam a qualificação do mês de maio *como o mês de maior agitação paredista do período*; afinal, além das 77 greves que registrou, há que se considerar os casos das greves deflagradas no mês anterior, em abril, e que se estenderam também ao longo desse mês. Alguns desses movimentos foram enumerados anteriormente a título de exemplificação, mas não esgotam todas as greves que, ainda correntes em maio, foram deflagradas nas semanas anteriores ao seu início.

Uma reconfiguração importante nas *três principais reivindicações das greves*, por fim, ocorre na passagem de abril para maio (Gráfico 3). Nenhuma delas – *regularização de vencimentos em atraso, condições sanitárias de segurança e reajuste salarial* – permanece na posição em que estava anteriormente.

A demanda pelo *pagamento dos salários em atraso*, a principal entre janeiro e abril, torna-se, dentre as três, aquela de menor frequência. Reivindicações ligadas à *segurança*

contra a contaminação pelo novo coronavírus, que já ocupavam, na pauta grevista, um importante segundo lugar, passam a ocupar a posição de destaque. Já a reivindicação pelo pagamento de reajustes salariais, partindo do patamar mais baixo, torna-se, em maio, a segunda reivindicação mais frequente e, em junho, surpreendentemente, retoma sua usual posição de proeminência na pauta reivindicatória dos trabalhadores.

GRÁFICO 3
Principais reivindicações das greves por mês
Brasil, primeiro semestre de 2021



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

Correlações importantes são sugeridas na sobreposição dessas informações às anteriores. A greve contra o atraso no pagamento dos salários, ainda que tenha aparecido na pauta do funcionalismo público (com uma frequência menor), está associada principalmente às mobilizações da esfera privada que, nesse momento, *podem ser resumidas, basicamente, às greves dos rodoviários do transporte coletivo*.

De abril a maio, algo de relevante deve ter acontecido nas mesas tripartites de negociação – governos, empresas e trabalhadores – em que a situação da prestação do serviço do transporte público, durante a pandemia, vinha sendo negociada. A participação das greves desses profissionais diminui, de um mês a outro, de 49% para 34%, de metade a um terço.

Além do aumento de receita das empresas com a maior circulação de passageiros e a progressiva queda das restrições ligadas à pandemia (o mês de maio coincide com o início da

tendência de queda no número de mortes provocadas pela COVID-19), há casos em que são cogitadas medidas como o aumento no valor das passagens e maiores restrições à gratuidade de certos grupos de passageiros, assim como subsídios extracontratuais que passam a ser concedidos pelos governos às empresas (e mesmo intervenções públicas na administração de algumas delas). Algumas localidades simplesmente deixam de contar com o serviço de transporte público e, em outras, o número de linhas e veículos é reduzido. Duras decisões judiciais que proíbem a deflagração de greves começam a se generalizar. E, por fim, com o desenrolar dos "ajustes", o problema do atraso dos salários acaba sendo convertido em desemprego.

É possível, portanto, sugerir uma associação entre *a diminuição das greves entre os rodoviários* (que *são*, nesse momento, *a esfera privada em quase sua totalidade*) e a *diminuição da pauta pela regularização de vencimentos em atraso*.

Por outro lado, como já mencionado, a demanda por segurança sanitária passa por uma transformação do início ao fim do semestre. *Deixa, progressivamente, de mencionar os aspectos ambientais – disposição dos postos do trabalho, limpeza dos banheiros, realização de testagens – e encontra, no início e avanço da imunização através da vacinação, uma pauta poderosa.* Trabalhadores da esfera privada, das empresas estatais e do funcionalismo público cruzam os braços e, demonstrando sua situação de particular exposição ao vírus, cobram sua reclassificação entre as "categorias prioritárias" na distribuição dos imunizantes e a aceleração dos planos de vacinação – o que também pode ser associado ao movimento, ainda que pouco expressivo em maio, *de mudança na proporção de greves entre essas três categorias, com a diminuição do intervalo entre o número de greves na esfera privada (que permanece muito grande) e no funcionalismo público/empresas estatais (que começa a aumentar)*.

É preciso não deixar de mencionar ainda, nesse ponto, que a mobilização pela segurança sanitária – especialmente entre os profissionais da Educação – foi intensa mas, na maioria dos casos, não se realizou como interrupção de atividades.

A relação de atividades de contestação dos trabalhadores passou a abranger, durante a pandemia do novo coronavírus, um novo item: a "greve sanitária". Trata-se da *recusa em retornar, enquanto não houverem garantias reais de segurança, ao trabalho presencial e da insistência em permanecer em atividade de maneira remota.* Essa modalidade de protesto generalizou-se por estados e municípios e explica a baixa participação dos profissionais nas greves desse semestre.

Ainda assim, greves no sentido estrito do termo continuaram a ser deflagradas. Entre outras, vale a menção do movimento encampado pelos *professores municipais de São Paulo* que, iniciado em meados de fevereiro, alongou-se por cerca de 120 dias e só foi suspenso em junho, depois do início da campanha local de vacinação e já em um cenário de tendência de queda no número de mortes provocadas pela COVID-19. Segundo levantamento do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep), uma das cinco entidades envolvidas na organização da greve, cerca de 300 unidades escolares funcionaram apenas parcialmente. Em um terço desses estabelecimentos, a paralisação envolveu mais de 90% dos funcionários.

Por fim, o grande crescimento da *demanda por reajustes nos salários* na pauta reivindicatória dos trabalhadores, nos meses de maio e junho, coincide com o aumento da participação das greves *dos servidores públicos* nestes mesmos meses. Essa relação não é acidental.

A entrada, no debate político nacional, dos projetos de reforma administrativa do Estado – que, grosso modo, envolvem dois principais temas, o salarial (reajustes, promoções, gratificações) e o contratual (estabilidade) – passaram a servir, recentemente, como estímulo para essas mobilizações.

A reivindicação por reajuste salarial, no SAG-DIEESE, envolve situações que, na verdade, podem ser muito distintas. Uma determinada categoria profissional, em sua data-base, pode decidir cruzar os braços porque não concorda com a proposta de *ganho real* sugerida pelo empregador – e essa é a greve por reajuste *em sua feição mais avançada e fortalecida*; mas também porque, durante as negociações, a proposta ofertada não repõe sequer a inflação do último período – ou, pior ainda, porque já se vão anos de acúmulo de perdas inflacionárias. Essa é a greve em sua feição de *luta contra um desamparo* (ainda que, neste caso, como no anterior, as duas greves sejam classificadas como "propositivas").

A demanda por reajuste salarial trazida pelas greves dos servidores públicos nos dois últimos meses do semestre é mais bem descrita, em sua pauta de reivindicações, como esse tipo de mobilização que *é a luta contra o desamparo – contra as perdas inflacionárias que se acumulam há anos*. Além, é claro, da queixa contra os recentes e duros aumentos no custo de vida.

Essas mobilizações possuem um *caráter político* explícito – a reforma administrativa cumpriria o papel de *legalizar essas irregularidades*. Perdas salariais deixariam de ter a capacidade de fundamentar importantes e urgentes reivindicações apresentadas aos governos; tanto pelo funcionalismo público – em especial entre os trabalhadores cujas

categorias são as mais volumosas e as menos remuneradas (profissionais do ensino básico, na Educação, e profissionais da enfermagem, na Saúde) – como pelos trabalhadores das empresas estatais, onde as direções têm apresentado aos sindicatos propostas de Acordos Coletivos realmente inovadoras no rebaixamento do conteúdo e do número das cláusulas (com um também inédito assentimento da Justiça do Trabalho).

Exemplo desse contexto, no caso do *funcionalismo público*, foi a greve dos trabalhadores da Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) – autarquia que atua na limpeza pública e coleta de resíduos de Florianópolis – deflagrada em janeiro contra o Projeto de Lei 1.838/2021, que reunia mudanças de grande impacto sobre a atividade da entidade e sobre os vencimentos de seus trabalhadores, e que se alongou por 15 dias.

Grosso modo, um dos pontos tratava da redução de 100% para 50% do valor pago pelas horas extras realizadas de segunda a sexta-feira (e de 150% para 100% aos finais de semana). O adicional por tempo de serviço, o vale-transporte e o auxílio-alimentação também seriam diminuídos. O projeto ainda abria espaço para terceirizações, retirando da autarquia a exclusividade do serviço de coleta de lixo. O documento foi aprovado pela Câmara dos Vereadores.

Já no dia seguinte à deflagração da greve, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) a declarou ilegal e exigiu a imediata volta ao trabalho, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 100 mil ao sindicato da categoria. No quarto dia da paralisação, o TJSC aumentou a multa por descumprimento para R$ 200 mil por dia. Amparada por decisão judicial, a prefeitura convocou a formação de uma comissão para abrir processos administrativos que culminariam na demissão de servidores que estivessem parados.

Somente depois de uma passeata que reuniu milhares de pessoas – entre funcionários, seus familiares e ativistas de movimentos populares – os representantes do Executivo e Legislativo aceitaram abrir negociações. A greve foi encerrada após o compromisso de que não haveria qualquer tipo de retaliação ou demissão e de que as multas judiciais – que, na prática, tornariam o sindicato financeiramente inviável – seriam reduzidas a um menor valor.

No caso das *empresas estatais*, entre outras, é digna de menção a greve de um mês deflagrada em maio na Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia. Os petroleiros reivindicavam informações precisas a respeito do contrato de venda da unidade para o fundo árabe Mubadala Capital, exigindo a manutenção dos postos de trabalho e garantias de que não haveria redução salarial nem retirada de direitos. Cerca de 900 trabalhadores próprios e

1.700 terceirizados não possuíam informações sobre o do futuro do seu emprego. Em paralelo, greves regionais foram deflagradas também no Amazonas, em São Paulo e no Espírito Santo; dias depois também em Minas Gerais e no Paraná.

A pauta geral incluía itens como a implementação de uma política efetiva de combate ao assédio moral; a incorporação dos trabalhadores da Petrobras Biocombustível (PBio), caso a unidade de Candeias (BA) fosse realmente vendida; e o fim das dobras de turno e das prorrogações de jornada. Também a abertura de discussões sobre as empresas contratadas (em especial, contratos de trabalho e direitos dos empregados terceirizados) e a apresentação de informações a respeito de temas como passivos ambientais e acidentes de trabalho. Por fim, os petroleiros denunciavam o desrespeito às normas de prevenção contra a COVID-19 e a subnotificação das informações divulgadas pela empresa (que não considerava os trabalhadores terceirizados). A greve foi suspensa com declaração de intenção, feita pela empresa, de abertura de negociação a respeito dos itens da pauta.

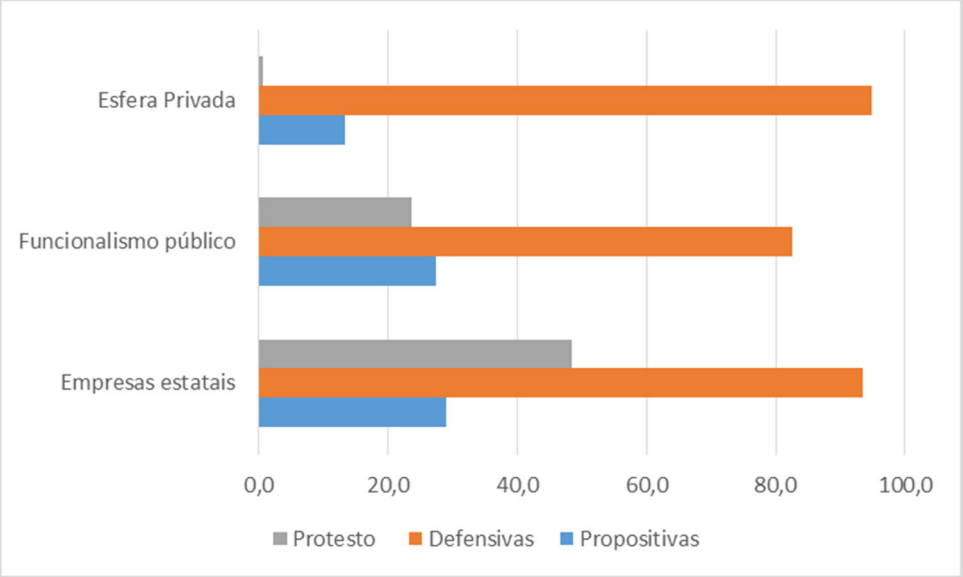
Esfera privada, funcionalismo público e empresas estatais: a pauta das greves

Ao longo do texto, detalhes a respeito do caráter e dos itens que compõem a pauta grevista são mencionados alternadamente. Reunidos agora em uma visão de conjunto, comparações podem ser realizadas com mais facilidade.

Em uma gradação do simples ao complexo, a pauta das greves dos trabalhadores da esfera privada *é a mais simples* entre as três (Gráfico 4): basicamente defensiva (95%), o caráter propositivo aí se encontra em sua menor participação (13%). Protestos políticos, quase inexistentes (1%), resumem-se, em geral, à demanda por segurança pública em categorias profissionais particularmente expostas a situações de violência, como entre os rodoviários do transporte coletivo urbano.

No outro extremo, a pauta das greves dos trabalhadores nas estatais *é a mais complexa.* Apesar de quase tão defensiva quanto a dos trabalhadores da esfera privada (93%), quase metade (48%) das greves desses trabalhadores traz também itens relacionados ao protesto político. As greves propositivas compõem 29% da pauta.

GRÁFICO 4
Caráter das greves (em %)
Brasil, primeiro semestre de 2021

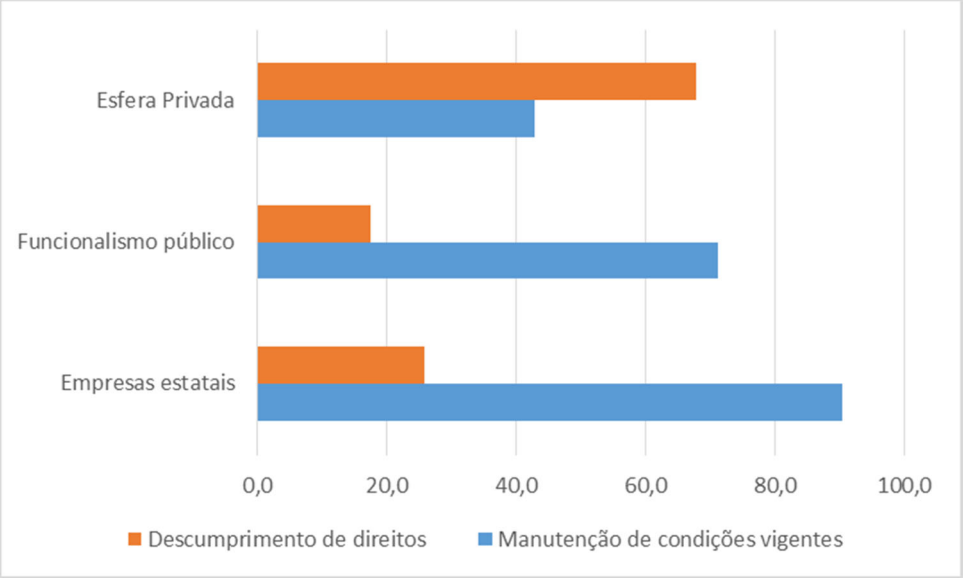


Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

A pauta defensiva da esfera privada (Gráfico 5) é aquela em que *o descumprimento dos direitos* está mais presente (68%); o contrário do que ocorre na pauta do funcionalismo público.

Nas empresas estatais, onde a renovação dos Acordos Coletivos tem exigido pressão por parte dos trabalhadores, a *manutenção das condições* vigentes chega a ocupar 90% da pauta.

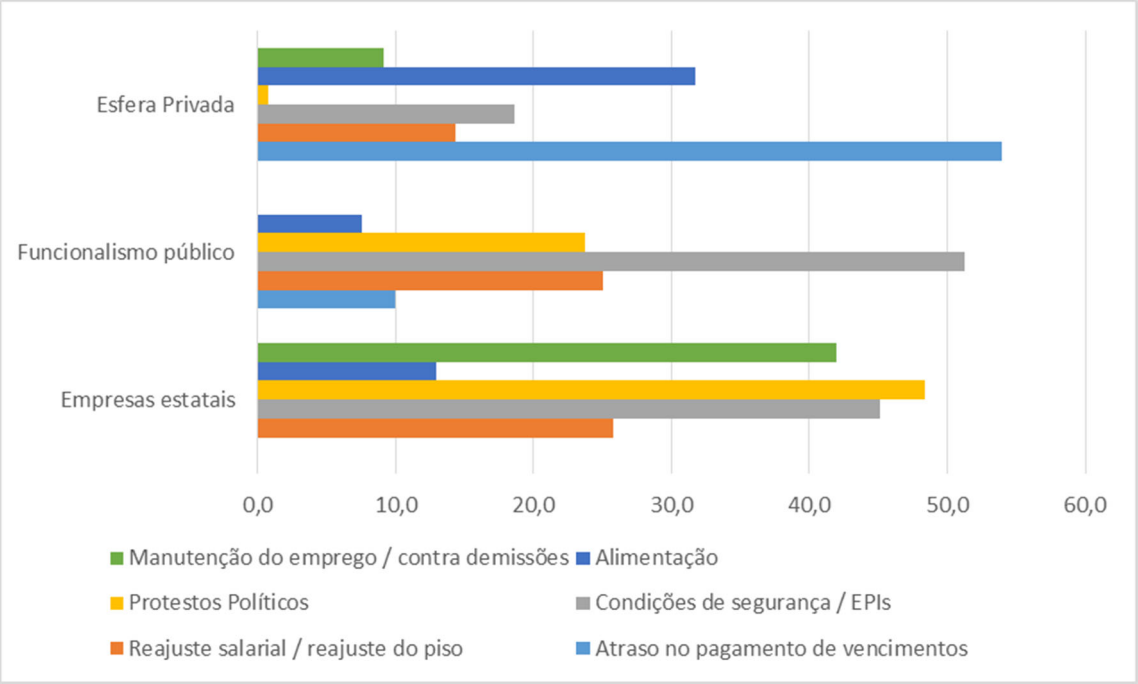
GRÁFICO 5
Tipos de greves defensivas
Brasil, primeiro semestre de 2021



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

A diversidade da frequência dos itens que compõem cada pauta também é visível quando os dispomos em conjunto, lado a lado (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Principais reivindicações
Brasil, primeiro semestre de 2021



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

Na esfera privada, o protesto contra *o atraso nos vencimentos* é dominante (54%), sendo seguido com distância pelas demandas relativas à alimentação (32%). A questão dos atrasos salariais se repete apenas entre o funcionalismo público, mas em proporção muito menor (10%).

No funcionalismo público, as *condições sanitárias de segurança* têm uma presença dominante (51%) – o que, no entanto, não é surpreendente, já que esse item também tem importância em outras categorias: ocupa o segundo lugar de maior frequência na pauta dos trabalhadores das empresas estatais (45%) e o terceiro lugar (19%) na esfera privada.

Na pauta de reivindicação dos trabalhadores das empresas estatais, o *protesto político* (48%) é o item mais frequente, mas não chega a se destacar, já que questões de segurança sanitária, como mencionado acima, e de manutenção do emprego também dividem o mesmo intervalo de frequência que vai de 40% a 50%. A manutenção do emprego também é mencionada na esfera privada, mas em uma proporção muito menor (9%).

Reivindicações por *reajuste salarial* – que, em tempos menos singulares, costumam funcionar como o disparador das greves, arrastando consigo as outras inquietações – aparecem com algum destaque apenas na esfera pública (estatais e funcionalismo) em proporções muito semelhantes (26% no primeiro caso e 25%, no segundo). Na esfera privada, ocupam apenas 14% da pauta.

O primeiro semestre ao longo dos anos

As quatro décadas que compõem a série histórica dos dados do SAG-DIEESE permitem supor que há, na dinâmica das greves, uma tendência de desenvolvimento em ciclos – com um primeiro momento de ascensão, seguido pela chegada a um pico – ou uma curta estabilização em um alto patamar – e, por fim, o decréscimo do número de greves e sua volta a patamar mais baixo. Com essa hipótese, pode-se contar, desde o fim da década de setenta, a existência de dois movimentos, ou dois ciclos, como o descrito. O segundo deles, corrente neste momento e já há alguns anos, parece agora mais próximo do retorno a um baixo patamar de mobilizações que de uma retomada grevista.

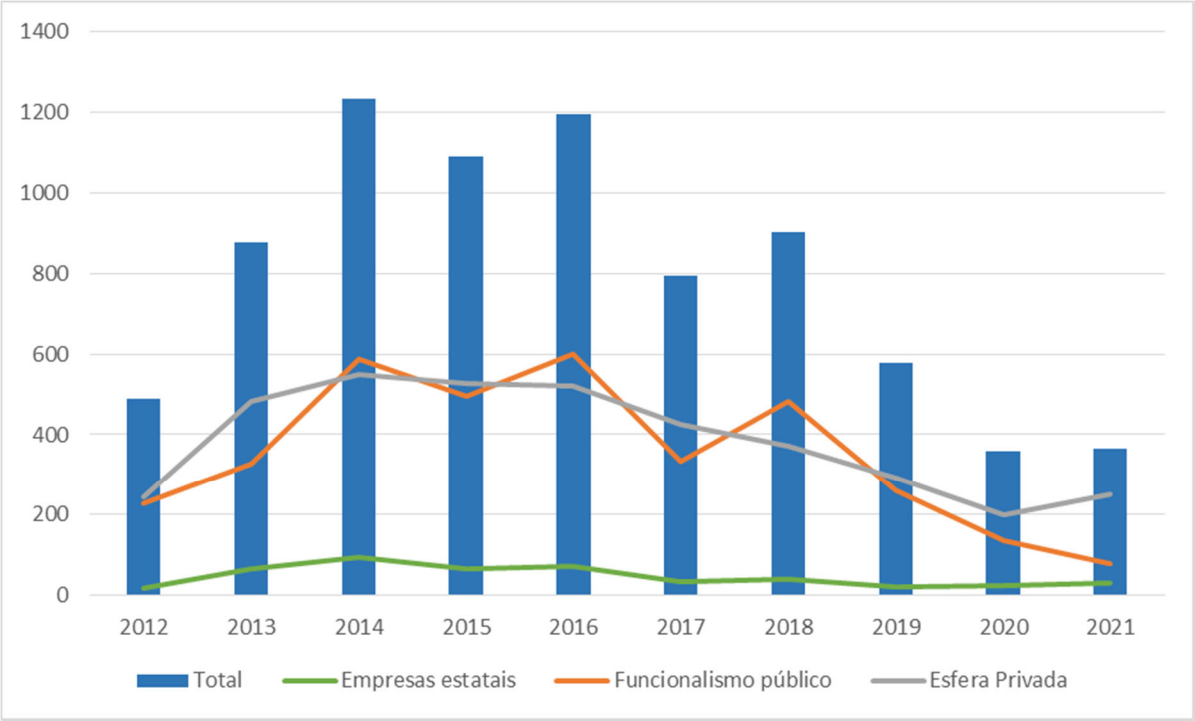
Consideradas apenas as greves deflagradas no primeiro semestre, não se costuma notar a existência de grandes divergências quando as comparamos com a base anual. O que o primeiro semestre de 2021 revela (e que muito provavelmente estará presente nos dados completos, depois do fim do ano) é a preponderância das greves privadas tanto em número de ocorrências (Gráfico 7) quanto no número de horas paradas (Gráfico 8). Um movimento que já começava a se desenhar em 2020, mas que agora aparece mais acentuado – e que se revela, ao menos do ponto de vista das horas paradas, absolutamente inusual.

Isso se deve à crescente importância das greves de categorias na esfera privada que, apesar das recomendações de confinamento doméstico e distanciamento social – dado o caráter de essencialidade do serviço em que atuam – não puderam contar, para a defesa contra a contaminação pelo novo coronavírus, com recursos como férias coletivas, suspensão temporária de contratos, redução de jornada e salário e o grande privilégio do exercício remoto do trabalho. Rodoviários do transporte coletivo, trabalhadores de limpeza e serviços gerais, profissionais da enfermagem permaneceram todos em atividade; em especial, os trabalhadores da saúde, agora ainda mais solicitados.

Também chama atenção a enorme quantidade de greves que, pela centralidade recente que passaram a ocupar e pelos seus traços bem particulares, bem mereciam uma definição própria. Tais greves, que poderiam, talvez, ser chamadas de “greves de desalento”,

são mobilizações *sem esperança*. Encampadas principalmente pelos *trabalhadores menos qualificados, empregados por empresas prestadoras de serviços terceirizados,* exigem a regularização dos salários que, há meses em atraso, também deixam a impressão que, em caso de dispensa ou fechamento da empresa, as verbas rescisórias tampouco serão pagas.

GRÁFICO 7
Greves realizadas no primeiro semestre
Brasil, de 2012 a 2021



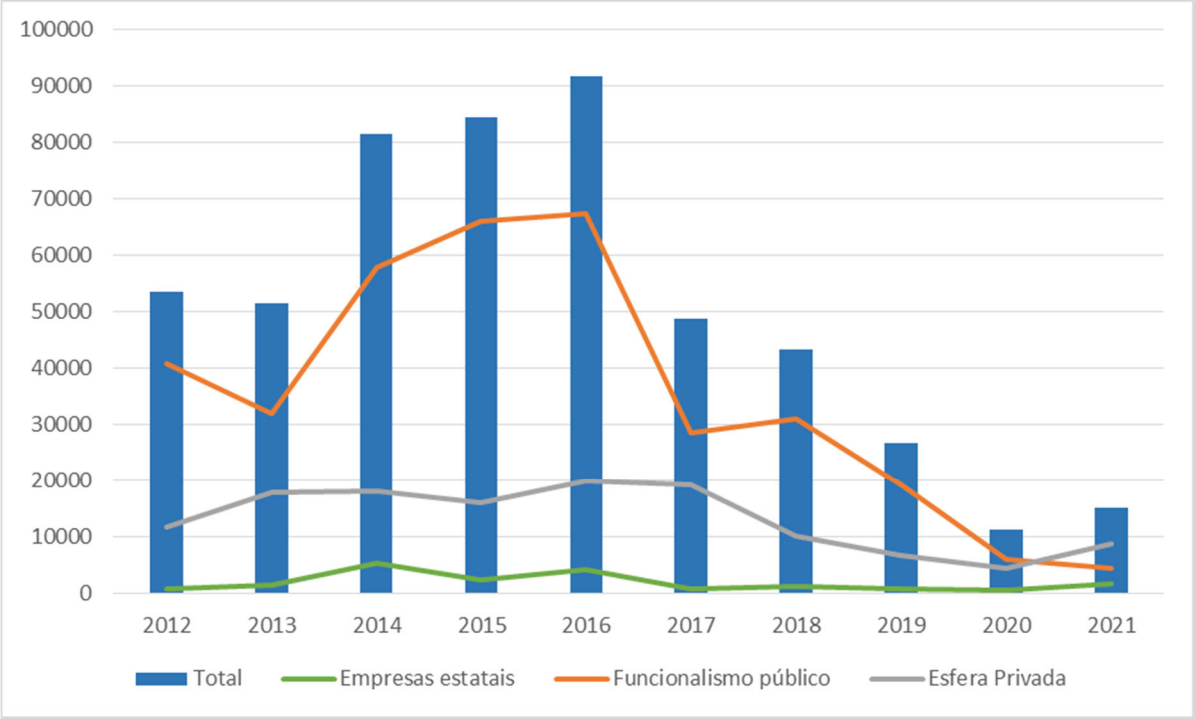
Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

O retorno ao desemprego, através de algum gesto de retaliação da empresa, não chega a preocupar, desde que os valores devidos sejam pagos imediatamente ou em um prazo muito curto.

Em desamparo, tais trabalhadores procuram o sindicato, a Justiça ou qualquer forma institucional de poder capaz de remediar uma situação que tornou-se extrema. Trabalhadores que atuam no asseio, na prestação de serviços gerais, e mesmo técnicos e auxiliares de enfermagem, encontram-se com frequência na liderança de greves desse tipo.

Não há sinais de que, nos próximos meses ao menos, esse tipo de protesto comece a recuar.

GRÁFICO 8
Horas paradas nas greves realizadas no primeiro semestre
Brasil, de 2012 a 2021



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

Existem certos momentos que bem podem ser tomados como *momentos-síntese da história de um país.* O desamparo com que grande parte da população brasileira experimentou o primeiro semestre de 2021 talvez seja descrito pelos historiadores, em um futuro um pouco mais distante, como um deles.

De um lado, a enorme dificuldade, diante dos impasses, das crises – e mesmo na presença candente do horror – *de construir, pela gestão e negociação políticas, alternativas possíveis e criadoras,* que sejam implementadas através de uma administração operada segundo critérios de razoabilidade e evidência.

De outro, *uma vocação insensata para a simples destruição.* Destruição em si mesma, que não cria nem faz surgir. Que é apenas desperdício – desperdício de projetos, de recursos e energias. Que é também, pode-se constatar hoje com toda a clareza, desperdício de vidas. E inclusive (talvez se deva dizer "sobretudo") de vida no sentido lato, de vida em geral, em sua amplitude que extravasa o meramente humano.

O afloramento em estado quase puro dessas *duas grandes constantes nacionais* talvez seja uma boa maneira de descrever o semestre que se encerra.

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva
Presidente - Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP
Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP
Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
Diretor Executivo - Sales José da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP
Diretora Executiva - Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica
Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico
José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Técnico Adjunto
Patrícia Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta

Equipe técnica
Rodrigo Linhares
Carla Maria Bernadelli Massabki (revisão)